

A modernidade segundo as teorias sociais clássicas

Paulo Ghiraldelli Jr.

O que é a modernidade? No final do século XX discutimos se vivíamos o fim da modernidade ou se estávamos ou não em uma situação *pós-moderna*. No final do século XIX e as primeiras décadas deste século a questão foi outra, mas com relações claras com a mais atual: queria-se caracterizar socialmente os chamados “tempos modernos”. Esse esforço, aliás, pode mesmo já ser tomado como uma das características da modernidade. E um dos seus frutos é o advento e consolidação da sociologia, que muitas vezes é, na verdade, uma crônica da modernidade.^[1] E é a sociologia, justamente em seu momento de consolidação como disciplina universitária na França, com Durkheim, que repõe no centro da discussão sobre a modernidade a preocupação com a ética e com a moral.

Querendo retirar a discussão sobre ética e moral do campo filosófico, de modo a compreender os fenômenos morais do ponto de vista social, desvinculando os resultados advindos dessa compreensão de qualquer formulação com caráter normativo, Durkheim, já pode, por isso, ser tomado como um *sintoma* da modernidade, ao mesmo tempo em que constrói uma teoria sobre ela.

Contrapondo-se às visões que entendiam a modernidade como uma época de completa incerteza quanto às possibilidades de vigência da solidariedade entre os homens, Durkheim estuda esse fenômeno moral em sua tese de doutoramento, *A divisão do trabalho social*. Nela, ele contrapõe à sociedade tradicional o que entende ser a sociedade moderna. Na primeira, a “consciência coletiva” – as crenças, sentimentos etc., partilhados por todos os membros da coletividade – é forte, unitária e homogeneizadora. Consequentemente, nesse tipo de sociedade os homens pouco se diferenciam entre si, e a coesão social é fundada no que ele denomina de “solidariedade mecânica”.^[2] Nesse caso a divisão do trabalho tem uma forma rudimentar, geralmente não passando de divisão sexual. Na sociedade moderna, ao contrário, uma força determinada de produção estende e aprofunda a divisão do trabalho: a diversificação, as especializações e, consequentemente, a diferenciação entre as pessoas são intensas. A “consciência coletiva” se enfraquece, abrindo espaço para a “consciência individual”; a própria “consciência coletiva” muda de caráter, passando mesmo a sustentar o “culto do indivíduo”. Durkheim conclui, então, que a crescente divisão do trabalho e as especializações geram uma crescente interdependência entre os membros da sociedade: desenvolve-se uma coesão social baseada não mais na igualdade das pessoas e no total envolvimento da “consciência social” na “consciência coletiva”, mas, sim, baseada na diferenciação e complementaridade entre os membros da sociedade. Tem-se, então, uma situação social na qual vigora a “solidariedade orgânica” e detrimento relativo da solidariedade mecânica.^[3]

Entendendo que a base moral de cada homem não é feita de generalidades, e que o homem está destinado a preencher uma posição especial no “organismo” social, Durkheim acredita que ele deve, antecipadamente, aprender o seu papel de homem.^[4] Com isto não está Durkheim advogando uma especialização precoce da criança, mas, segundo o que ele próprio alerta, apenas lembrando que a educação na sociedade moderna desenvolve um trabalho de orientação vocacional e que este trabalho está inevitavelmente direcionado no sentido de potencializar a “solidariedade orgânica”. A educação participa, então, digamos assim, naturalmente, do desenvolvimento de formas de coesão social que seriam superiores, se integrando em um projeto de conservação da sociedade.^[5]

Não é verdade, como afirmam alguns, que Durkheim dá menos

importância ao caráter inerentemente conflituoso da sociedade moderna; ao contrário, sua compreensão da modernidade é a resposta, talvez não sem uma dose de angústia, para os conflitos dos chamados novos tempos, uma resposta que acredita encontrar uma senda na qual ainda poderíamos ver caminhar o fluxo de um progresso otimista. Mas a compreensão durkheimiana da modernidade é tensionada por duas outras teorias sociais que, de certo modo, são menos otimista a respeito dos tempos modernos. São as teorias de Marx, anterior à dele, e a de Weber, contemporânea e pouco posterior.

Marx, no *Manifesto Comunista*, coloca o advento dos tempos modernos em associação ao nascimento e desenvolvimento da "sociedade burguesa moderna", resultado das "ruínas da sociedade feudal" e continuadora daquilo que ele chamou de "antagonismos de classes".[6] A história da modernidade é a história do trabalho revolucionário da burguesia que, tendo conquistado o poder, "calçou aos pés as relações feudais, patriarcais e idílicas". Nesse trajeto, despedaçou, "sem piedade", "os complexos laços que prendiam o homem feudal a seus 'superiores naturais'", deixando subsistir apenas, de homem para homem, "o laço do frio interesse, as duras exigências "do pagamento à vista'." [7]

Ela, a burguesia, "afogou os fervores sagrados do êxtase religioso, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta". Fez da dignidade pessoal "um simples valor de troca"; "substituiu as numerosas liberdades, conquistadas com tanto esforço, pela única e implacável liberdade de comércio". Em uma palavra, em "lugar da exploração velada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, cínica, direta e brutal." A burguesia, ainda nas palavras de Marx, "despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas veneráveis e encaradas com piedoso respeito. Do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio fez seus servidores assalariados. A burguesia rasgou o véu do sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-as a simples relações monetárias." [8]

A sociedade moderna é, para ele, a época da contínua "subversão da produção" – e só por ela a burguesia pode continuar a existir –, e de modo a apresentar uma "agitação permanente" e uma insegurança constante. Na modernidade "as coisas se tornam antiquadas antes de ossificar, tudo que era sólido se esfuma", tudo o que é sagrado é profanado "e os homens são obrigados finalmente a encarar com serenidade suas condições de sobrevivência e suas relações recíprocas." [9]

Na compreensão de Marx, a modernidade é a época do conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas – incluindo aí as ciências –, incentivadas e criadas pela burguesia, e as relações de produção e de propriedade – incluindo aí o conjunto de normas éticas e costumes morais – que fundamentam e caracterizam o sistema de vida burguês. [10]

Em Weber, nos estudos que conhecemos pelo título *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, a modernidade é descrita como a época da "organização capitalística racional assentada no trabalho "formalmente livre". [11] Isto é, trata-se da época do advento da "organização industrial racional, orientada para um mercado real, e não para oportunidades políticas ou especulativas de lucro", organização esta na qual cada unidade de produção, isto é, cada empresa, se desliga da antiga forma doméstica de produção, passando a adotar, ou melhor, criando mesmo, a "contabilidade racional". [12] Aprofunda-se, assim, a racionalização, na medida em que o capitalismo se associa a ciência moderna e, principalmente, à técnica, que passa a impulsionar a produção e a ser por esta impulsionada. [13] Essa racionalização penetra as mais diversas instituições, todo o campo cultural e, é claro, o Estado que, por sua vez, passa a ser administrado por

funcionários especializados e assalariados, isto é, por uma burocracia independente.

A modernidade cultural, segundo Weber, corresponde à autonomia das esferas de atuação e valoração humanas – ciência, arte e moral – em relação às imagens metafísico-religiosas de mundo que, anteriormente, davam um *sentido* à vida humana. A esta autonomia Weber chama dá o nome de “desencantamento do mundo”: a “intelectualização” e a “racionalização” crescentes que se manifestam na conduta humana em geral. Weber explica que não se trata de um aumento de conhecimento, popularizado entre os homens, mas significa, sim, uma mudança de atitude. Os homens passam a agir e pensar, diante dos fenômenos e das coisas que os cercam, levando em conta o conhecimento que poderiam adquirir para entendê-las, enxergando o mundo, então, completamente desencantado, sujeito ao domínio do cálculo e, portanto, da previsibilidade.^[14]

Como se vê, as relações entre ciência e ética, na compreensão da modernidade de Weber e Marx, se estabelecem de uma maneira bastante distinta daquela apresentada por Durkheim. Neste, a ciência colabora com a proliferação das especializações, que, por sua vez, potencializam a coesão social na medida em que colaboram com a “solidariedade orgânica”. Moral e ciência não são social e necessariamente antagônicas. Ora, em Marx, as ciências, principalmente as ciências matemáticas e da natureza, de certo modo como núcleo das forças produtivas, só se desenvolvem por meio das relações de produção – incluindo nestas a ordem ética e moral – e, em determinados momentos, ao contrário, tem esse desenvolvimento truncado, entrando então em conflito com as relações de produção. Neste momento, podem colocar na pauta da história a revolução social. Por sua vez, em Weber o desencantamento do mundo corresponde à autonomia das esferas de valor, de modo que, na compreensão weberiana da modernidade, a racionalidade, reduzida ao agir com vistas a fins – a racionalidade formal –, fica restrita à esfera do conhecimento, isto é, da ciência, enquanto que a moral e a estética são aceitas como o campo do não-relacional.

Marx enfatiza o conflito entre ciência e moral, embora ele deixe transparecer, não raro, que acredita que uma sociedade moralmente sadia – isto é, aquela que realiza a liberdade social e individual – depende da contínua dominação da natureza e, sendo assim, de um crédito positivo à ciência e à tecnologia, otimismo que passou logo a ser contestado ainda no século XIX. Ora, Weber não está preocupado com uma sociedade moralmente sadia. Inclusive, há quem diga que ele, pessoalmente e na própria compreensão da modernidade, coloque como inevitável uma moral de resignação e virilidade. Ele vê como inerente à modernidade a crescente intelectualização, que, na sua conceituação, significa a predominância de um tipo de racionalidade (aliás, para ele, a única racionalidade), a racionalidade formal, que é impulsionada pela mentalidade genericamente de cunho científico-positiva. Ora, para ele, isso não leva à liberdade, mas sim à vida no interior do que Adorno, por sua vez, chama de “sociedade administrada”.

©Paulo Ghiraldelli Jr [1995, reescrito em 2008]

[Digitado da versão velha, por Marcos Carvalho Lopes, a quem o autor agradece!]

[1] IANNI, Otávio. “A sociologia e o mundo moderno.” *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, 1 (1): 7:27, 1 sem., 1989.

[2] DURKHEIM, Emile. *A divisão do trabalho social*. Trad. Eduardo Freitas e Maria Inês Mansinho. Vol. 1. Lisboa: Presença, 1984, pág. 79-125.

[3] Idem . Pág. 160-159.

- [4] Idem, v11, Pág. 200.
- [5] DURKHEIM, Emile. "Sociologia e pedagogia". In *Educação e Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1995.
- [6] MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. In. Marx, K e Engels, F. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-omêga, vol. 1, pág. 22.
- [7] Idem. pág. 23.
- [8] Ibidem. Pág. 24.
- [9] Idem ibidem.
- [10] Idem. Ibidem. Pág. 26.
- [11] C.f. WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1987, pág. 7.
- [12] Idem, ibidem pág. 7-8.
- [13] Idem, ibidem pág. 10.
- [14] C.f. WEBER, Max. "A ciência como vocação." In: *Ensaio de sociologia*. Org. de N.Gerth e Wrigth Mills. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982